



Anais da Assembléia

Nº 98

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE OUTUBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 090ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 1984.

(Quarta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Orlando Pessuti, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguiu Setogutte e Wilson Fortes.(45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca, Mário Pereira, Nelson Buffara e Sérgio Spada (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após expressa aprovação do douto Plenário, seja dado preferência de votação ao Projeto de Lei nº 221/84.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por trinta sessões, o Projeto de Lei Complementar nº 85/84, de

autoria do nobre Deputado Mário Pereira.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por 15 (quinze) sessões, o Projeto de Lei nº 50/83, de autoria do nobre Deputado José Tadeu Bento França.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja convertido o Projeto de Lei nº 88/83, em sugestão a ser encaminhada ao Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja convertido o Projeto de Lei nº 188/83, em sugestão a ser encaminhada ao Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja convertido o Projeto de Lei nº 191/83, em sugestão a ser encaminhada ao Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja convertido em sugestão a ser encaminhada ao Poder Executivo, o Projeto de Lei nº 196/83.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, aprovação do Plenário, seja transformado o Projeto de Lei nº 232/83, em sugestão a ser encaminhada ao Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja consignado, nos Anais deste Poder, um VOTO DE PESAR pelo prematuro falecimento do Senhor LEONARDO BECHER, agricultor de tradicional família de Guarapuava, nosso companheiro, ocorrido em Ponta Grossa, no dia 01 de outubro de 1984.

Requer, ainda, que a decisão da Casa seja comunicada aos familiares enlutados.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Basílio Zanusso, ao final assinado, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento de Arlindo França, ocorrido no dia 22, do fluente mês, na Cidade de Paranavaí.

Pede, ainda, que se dê ciência do presente à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Membro de laboriosa e tradicional família de agricultores radicada no Município de Alto Paraná, o jovem Arlindo França, no limiar de sua juventude, teve ceifada sua vida num violento acidente automobilístico na Cidade de Paranavaí, onde residia há poucos anos em companhia de sua esposa, pais e irmãos.

Senhor Presidente, a dor da família ainda é maior quando sabemos que a mudança do extinto e de seus genitores de Alto Paraná para Paranavaí, foi motivada por outro lamentável episódio: a morte de seu irmão mais velho Oswaldo, radialista, acadêmico de direito e então Vereador no Município de Alto Paraná, quando regressava da Universidade Estadual de Maringá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos, um voto de congratulações ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Luiz Carlos Hauy, pela passagem do 37º Aniversário de Emancipação Política do Município de Cambé, voto esse extensivo aos Poderes Legislativo e Judiciário e à comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado VOTO DE LOUVOR ao Excelentíssimo Senhor Desembargador ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, digníssimo Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por ter sido agraciado com a Comenda do Mérito Judiciário, que lhe foi conferida, no dia 28 de setembro próximo passado, pela Associação dos Magistrados do Brasil,

recebida no Estado de Minas Gerais, em razão de relevantes serviços prestados à Justiça paranaense e nacional, dando-se ciência do mesmo ao homenageado e ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado, para os devidos fins de direito.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de regozijo e congratulações pela realização da XI Festa Nacional do Porco no Rolete que realizar-se-á na cidade de Toledo no dia 07 de outubro de 1984. Requer, ainda, que se dê ciência do presente ao Prefeito Municipal, Sr. Albino Corazza Neto.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

Na festa Nacional do Porco no Rolete, tem-se a oportunidade de sentir a punjança e o vigor de uma organização perfeita aliada ao fomento à suinocultura. Promoção exclusiva da cidade de Toledo no Oeste de nosso Estado, esta festa, criada por iniciativa do Clube de Caça e Pesca tem características próprias, pois, o esmero combinado em perfeita harmonia com a alegria comum, permite que se festeje a confraternização entre toledanos e visitantes, permitindo um clima de otimismo num mundo repleto de descrença.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial, destinada a estudar e propor soluções para o problema do Menor, em nosso Estado, composta por três membros.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

O VI Fórum de Debates, sobre o Menor Carente, realizado recentemente, nessa Assembléia Legislativa, reunindo autoridades, representantes da comunidade, dirigentes de instituições e estudiosos do tema, tornou clara a necessidade urgente de se constituir uma Comissão Especial, que assegure a continuidade dos estudos para as providências possíveis, na solução dessa situação calamitosa.

A constituição dessa Comissão Especial do Menor, vem possibilitar a integração de esforços entre o Legislativo e a comunidade através dos especialistas na área, para um trabalho constante, abrangente e realista em função do grande desafio — são mais trezentos e trinta mil meninos e meninas que vagam pelas ruas à mercê da sorte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do do Plenário, seja designada uma Comissão Parlamentar composta por 3 (três) Senhores Deputado, para tratar, junto ao Governo do Estado do Mato Grosso, sobre hidrelétricas a serem construídas no Rio Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, que seja realizado, sob o patrocínio da Assembléia Legislativa do Paraná, um SIMPÓSIO SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, em data a ser fixada, no qual seriam tratados os temas abaixo arrolados, agrupando-se em dois painéis:

1º PAINEL: Aspectos físico-territoriais:

- | | | |
|------|----|--|
| Tema | 1: | Mananciais Hídricos e Meio Ambiente. |
| Tema | 2: | Transporte Público de Passageiros. |
| Tema | 3: | Assentamento da População nas Áreas Urbanas. |
| Tema | 4: | A Questão Institucional. |

2º PAINEL: Aspectos sócio-econômicos:

- | | | |
|------|-----|---|
| Tema | 5: | Desequilíbrio Sócio-econômico Intra-regional. |
| Tema | 6: | Desemprego. |
| Tema | 7: | Integração do Migrante. |
| Tema | 8: | Abastecimento. |
| Tema | 9: | Organização Comunitária. |
| Tema | 10: | Segurança Pública. |

Em anexo, apresentamos um rol de questões a serem analisados, relacionados aos temas sugeridos.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Apoiamento: PAULO FURIATTI, EZEQUIAS LOSSO,
ROBERTO REQUIÃO, ACIR MEZZADRI,
OSVALDO ALENCAR FURTADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Nordestino que adotou o Paraná como seu lar, o Deputado Federal ALENCAR FURTADO tem marcado a sua vida pública pela coerência e pelo compromisso com a causa da democracia, da liberdade e do progresso. Violentemente privado de seus direitos políticos, sendo cassado quando exercia as funções de Líder do MDB na Câmara dos Deputados, retornou àquela Casa de Leis pelos braços do povo, recebendo expressiva votação nas eleições de 1982.

No Congresso Nacional vem mantendo sua postura combativa e profundamente apegada às reivindicações de nosso povo. Entre outros feitos, tem se notabilizado por sua postura à frente da CPI que investiga as causas de nosso endividamento externo..

Agora, com o apoio de inúmeras lideranças nacionais e o inequívoco apoio de seus companheiros do PMDB do Paraná — como foi revelado em recente moção aprovada no I ENCONTRO ESTADUAL DE LIDERANÇAS DO PMDB — ALENCAR FURTADO vem sendo indicado como candidato à Presidência da Câmara dos Deputados.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um VOTO DE APOIO ao Deputado Federal ALENCAR FURTADO, por sua candidatura à Presidência da Câmara dos Deputados.

Outrossim, requer ainda, que após decisão do

Plenário, seja enviado cópia ao interessado, na Câmara dos Deputados em Brasília — Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, envio de veemente apelo para que se providencie o tombamento de terras ocupadas pelos grupos remanescentes das grandes nações indígenas em nosso Estado, na forma da Lei n.º 1211, de 16 de setembro de 1953, que "Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico" e cujo órgão executivo é a Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

Desde que os feeros iberos desembarcaram no nosso litoral, até os nossos dias, os naturais da terra têm sido, sistematicamente submetidos à dominação, seja pela fé ou pela canga, pela cruz ou pelo chicote, concepções religiosas ou eugênicas, a título de catequese ou proteção — não importam as desculpas.

É chegado o momento crítico, ou tomamos uma decisão, ou pela omissão, seremos cúmplices de mais e mais genocídios, oficializados nessa Terra de Vera Cruz, por esses Brasís afora, sob o signo da bondade transformar os brutos em gente — ou sob o signo bandeirantismo ou do pioneirismo, ou do desenvolvimento sócio-econômico ou mesmo da segurança nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de apelo ao Senhor Governador do Estado, Dr. José Richa, a fim de que determine ao Senhor Secretário do Planejamento, Dr. Otto Bracarense, providências para que, mediante convênio, sejam proporcionados recursos necessários à Universidade de Ponta Grossa, para que esta, em conjunto com a comunidade pontagrossense e regional, realize um novo diagnóstico da situação sócio-econômica da região dos Campos Gerais, a partir do qual, se elabore um Plano de Desenvolvimento regional e, em consonância com o Plano de Ação do Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

Quando assistíamos ao início de implantação do complexo da soja em Ponta Grossa, um grande entusiasmo tomava conta de todos, pelas perspectivas que se abriam para o advento de um grande dinamismo econômico, não só nessa cidade pólo, mas em toda a região dos Campos Gerais.

Mais de dez anos nos separam da instalação do primeiro empreendimento para o processamento de grãos. Vieram outros e Ponta Grossa, sem dúvida, conheceu um surto de industrialização, com unidades dos mais variados ramos industriais.

Em que pese o esforço próprio de cada município, de intervenções do governo estadual, a evolução das

áreas assistidas não pode ser considerada satisfatória, quando comparadas com outras regiões de maior dinamismo. Nem mesmo este é o caso da região de Ponta Grossa, que na década de 70 apresentou um incremento populacional de 34,9%, valendo salientar a alta taxa de urbanização que se verificou nessa região, com sua população urbana crescendo 56,8%.

O que se constata é um crescente descompasso de crescimento em contraposição à evolução demográfica, caracterizando-se, portanto, a região, como economicamente inferior e carente de racionalização em todos os setores da atividade econômica.

Diante dessas perspectivas, vemos com apreensão o processo de evolução econômica da região, e com ela a de Ponta Grossa, gerando um descompasso de crescimento que traz como consequência, além do mais, enormes dificuldades para as próprias administrações municipais.

A par do entusiasmo, da mentalização e do desejo dessas comunidades e de suas lideranças se desenvolverem, é indispensável que outros mecanismos externos possam ser incorporados e acionados, através da efetiva participação do Estado e da União, contribuindo para a formação de uma sólida infra-estrutura que provoque suporte e oriente o processo de desenvolvimento regional.

Assim sendo, é que vimos apresentar uma proposta no sentido de que se articulem esforços para a realização de um diagnóstico sócio-econômico dos municípios que integram a região dos Campos Gerais, para, a partir daí, ser elaborado um Plano de Desenvolvimento integrado para a região dos Campos Gerais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da liberação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na implantação do sistema de iluminação da quadra existente na Escola Estadual Machado de Assis, localizada na Municipalidade de Sertãoópolis.

De iniciativa do Diretor daquele educandário, Ilustríssimo Senhor Luiz Albertini Filho, a implantação de um sistema de iluminação na quadra de esportes é de fundamental importância. Pois, atualmente a prática do desporto tem sido em muito dificultada, tendo em vista que é muito grande o número de alunos praticantes das diversas modalidades existentes, sendo deste modo, impossível que todos possam usar daquele local com frequência.

Tal situação será em muito resolvida se houver a instalação de poste com luminárias, o que permitirá a utilização da referida cancha nos períodos noturnos, eliminando neste sentido os transtornos nos dias de hoje verificados.

Diante desta justa reivindicação, que aliás não é somente daquela direção escolar, mas, também do conjunto do estudantado e professores, faz-se necessário, mais do que nunca que essa Fundação, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação, avaliem as reais possibilidades de se determinar a liberação de recursos financeiros capazes de concretizar o que ora é solicitado.

Curitiba, quarta-feira, em 03/10/84

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando a liberação de uma verba para aquisição de um ônibus que será destinado ao transporte de escolares da Zona Rural do Município de Santa Cecília do Pavão, conforme reivindicação formulada por aquela Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado à Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de solicitar àquele órgão a liberação de auxílio financeiro para aquisição de um ônibus escolar para o Município de Planaltina do Paraná, conforme reivindicação da Câmara Municipal daquele município.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Doutor José Richa, no sentido de que o mesmo informe a este Legislativo, sobre as razões do não atendimento dos pedidos de informações, aprovados em Plenário por este Poder, após passado o período constitucional para atendimento.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) IVAN GUBERT

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o Art. 20 - § II da Constituição Estadual, os Secretários de Estado deverão responder à Assembléia Legislativa dentro de 30 (trinta) dias, a todos os pedidos de informações enviados pela Assembléia Legislativa. Ocorre, que, vários não foram respondidos, ou o foram com informações incompletas. Os requerimentos de pedidos de informações devem ser respeitados e atendidos de acordo com a Constituição do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido de conceder um auxílio financeiro para a Assistência Social da Prefeitura Municipal de Planaltina do Paraná, verba que será destinada ao atendimento de pessoas carentes da área rural do município, conforme reivindicação formulada pela Câmara Municipal de Planaltina do Paraná.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido da realização de reformas gerais das instalações do terminal rodoviário localizado na Municipalidade de Goioerê.

Construído já há muitos anos, o terminal rodoviário daquela cidade de Goioerê, em suas instalações verificam-se diversos problemas, notadamente na iluminação, rede de esgotos e rede de água, além do forro e pintura.

Tal situação tem gerado inúmeros reclamos por parte da população, especialmente por parte dos usuários, que não são poucos, pois naquele terminal, existe um movimento considerado muito grande de transportes coletivos intermunicipais, ante as cidades situadas próximas àquela região.

Ademais, a Prefeitura Municipal não dispõe de recursos suficientes capazes de permitir a pretendida realização de reformas gerais. Havendo, portanto, a real necessidade de que essa Secretaria de Estado dos Transportes estude as possibilidades de se determinar a imediata liberação de recursos financeiros.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Senhora Gilda Poli Rocha Loures, D.D. Secretária de Estado da Educação; Senhor Otto Bracarense da Costa, D.D. Secretário de Estado do Planejamento e Senhor Euclides Scalco, D.D. Chefe da Casa Civil, solicitando empenhos urgentes no sentido de que sejam incluídas na Suplementação Orçamentária dessas Secretarias por ocasião do último trimestre do ano, a Fundação "Casa do Estudante Universitário" do Paraná - CEU e "Casa da Estudante Universitária de Curitiba" - CEUC.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(aa) ORLANDO PESSUTI,

ROBERTO REQUIÃO,

RUBENS BUENO,

DIRCEU MANFRINATO,

JOSÉ ANTÔNIO FONSECA,

PAULO FURIATTI,

CAÍTO QUINTANA,

SABINO CAMPOS,

OSVALDO ALENCAR FURTADO,

ANTONIO ANNIBELLI,

HOMERO OGUIDO,

GERNOTE KIRINUS,

MÁRCIO ALMEIDA,

ADHAIL SPRENGER PASSOS,

NESTOR BAPTISTA e

ACIR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Casa do Estudante Universitário e a Casa da Estudante Universitária de Curitiba devido principalmente a inflação que assola nosso País, vem passando por um momento cruel de sua existência.

Para o último trimestre do ano a CEU terá uma despesa

de Cr\$ 72.614.617,00 (setenta e dois milhões, seiscentos e quatorze mil e seiscentos e dezessete cruzeiros) para a sua manutenção, ao passo que a CEUC para o mesmo período de acordo com o Plano orçamentário necessitará de Cr\$ 12.693.678,00 (doze milhões, seiscentos e noventa e três mil, seiscentos e setenta e oito cruzeiros).

As importâncias acima mencionadas equivalem a 52% (cinquenta e dois por cento) da despesa da casa.

O valor solicitado e tomado por base na despesa diária de Cr\$ 1.977,00 (hum mil, novecentos e setenta e sete cruzeiros), por morador, abrangendo três refeições diárias (café da manhã, almoço e janta) para 410 estudantes carentes em recursos financeiros, provindos do interior do Estado.

Levando-se em consideração os serviços prestados, a importância solicitada é insignificante.

Razão pela qual estamos fazendo o presente apelo que por certo irá encontrar o apoio e a compreensão de todos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica do trevo de Juranda até a Destilaria São Carlos, localizada no Município de Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

A solicitação da pavimentação do acesso até a Destilaria São Carlos, se faz necessário, haja vista que nos dias chuvosos o acesso a esta Destilaria, torna-se quase impraticável; o que atrasa em muito o transporte da casa destinada à produção de álcool.

Temos que ressaltar, que esta Destilaria, é uma das maiores e mais importantes da região Noroeste empregando grande quantidade de mão-de-obra, e tendo uma produção anual, estimada em mais de 20 milhões de litros de álcool.

Salientamos ainda, que os índices de ICM que foram recolhidos pela referida Destilaria é dos maiores a qual, somente no mês de agosto, recolheu aos cofres públicos a quantia de Cr\$ 253.274.295 (duzentos e cinquenta e três bilhões, duzentos e setenta e quatro milhões e duzentos e noventa e cinco cruzeiros). Baseados nestes índices e tendo a certeza de que poderiam melhorar ainda mais, pavimentando-se o acesso à Destilaria, não pode o Estado negar-se a dar este incentivo àqueles que viram uma nova meta a vencer no programa das destilarias de álcool. Em anexo, estamos enviando os índices de arrecadação da Destilaria São Carlos, nos últimos meses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, das conclusões do VII FÓRUM DE DEBATES sobre o tema "O TURISMO NO PARANÁ - IMPORTÂNCIAS E PERSPECTIVAS", ocorrido no dia 26 de setembro próximo passado, no Auditório Deputado Luiz Gabriel Sampaio, nesta Casa Legislativa. REQUER, outrossim,

dê-se ciência às autoridades presentes, além dos painelistas e à Câmara Municipal das cidades representadas no evento.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 163/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1.º - O artigo 73 do Regimento Interno passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 73 - As sessões ordinárias terão início às 8:30 horas e durarão, no máximo, 4:30 horas.

§ 1.º - O Presidente poderá excepcionalmente convocar sessões ordinárias para o período vespertino.

§ 2.º - A sessão ordinária de sexta-feira poderá ser antecipada para quinta-feira, após a respectiva sessão ordinária, mediante convocação do Presidente como sessão extraordinária".

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

Apoio: Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Nestor Baptista e Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração do Regimento Interno quer reservar, para a função por excelência do Deputado, qual seja deliberativa, o melhor de sua condição física, espiritual e psíquica. É nas primeiras horas da manhã que a pessoa reúne todas as disposições favoráveis ao estudo, à reflexão e à tomada de decisões.

O Deputado, especialmente, livre das cansativas audiências que concede ao longo do dia à centenas de pessoas, na maioria tangidas pela crise econômica, sem contar ainda outros compromissos próprios da representação popular, pode comparecer às sessões plenárias isento das tensões e da sobrecarga emocional que a convivência com a dramática realidade social lhe põe sobre os ombros. Sem dúvida, o rendimento dos trabalhos legislativos, será infinitamente maior.

Por outro lado, poderá o Deputado reservar o período da tarde ao atendimento das partes e, também, como parte, procurar junto aos órgãos administrativos do Estado, sem a preocupação com a reunião plenária.

Poderá dedicar-se com maior desenvoltura ao trabalho em comissão, cujo período de duração não prejudicado, sendo a sessão plenária a primeira hora do dia.

E ainda viríamos de encontro às atividades dos jornalistas que terão maior disponibilidade de tempo para elaboração da matéria de cobertura à sessão plenária. Muitas vezes, desde que por norma geral da imprensa a matéria a ser publicada deverá estar na redação dos diversos órgãos até às 17:00 horas, a exigüidade de tempo impede uma melhor cobertura da imprensa vez que as sessões se estendem além deste horário.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 256/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Claro, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora propomos declarar de utilidade pública foi constituída com o intento de proteger os direitos e representar os interesses de sua categoria profissional perante as autoridades administrativas juduciárias.

Entre as normas e deveres do Sindicato encontra-se a de manter serviços de assistência social para todos os seus associados, fundar e manter escolas de alfabetização.

A documentação anexa ao presente, preenche os requisitos exigidos pela Lei reguladora da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 257/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar a Rede Estadual de Oficinas de Orientação para o Trabalho, no Estado do Paraná destinada a atender aos menores carentes, na faixa de idade entre doze e dezoito anos.

Art. 2.º - Através do Decreto a ser baixado 30 (trinta) dias depois da publicação desta Lei, o Poder Executivo regulamentará o previsto no Art. 1.º.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, que aguarda a aprovação dessa Assembléia Legislativa, tem o objetivo de atender ao grave problema do menor carente em todas as faixas, a partir da integração dos órgãos governamentais com a comunidade, as universidades e as instituições laicas e religiosas.

Nos últimos três anos o índice de menores carentes cresceu 90% no Brasil, segundo o Presidente da Associação Brasileira de Juizes de Menores, Doutor Moacir Danilo Rodrigues.

Esse quadro é uma das transferências do modelo sócio-econômico brasileiro concentrariorista, nitidamente suicida e sobre a qual se sobrepõem os véus tais como: medidas paliativas, outras repressivas ou ainda aquelas "brilhantes" idéias Maltusianas dos extermínios gradativos ou esterilização das mulheres pobres.

O Estado do Paraná tem canalizado esforços em prol do menor carente e algumas cidades já adotaram o Projeto Meninos de Rua com relativo sucesso.

Os dados fornecidos pela Delegacia de Proteção ao Menor, porém, são expressivos tendo sido registradas a passagem de 6.000 menores, dos quais 2.500 reincidentes no período estudado.

Estima-se que haja 350.000 menores carentes, dos quais 50.000, só em Curitiba.

Faz-se necessário juntar forças no sentido de um projeto integrado abrangente aos vários níveis que supõe os troncos da problemática. A assistência deve ser

indiscriminada ainda que datada de procedimentos específicos em cada uma das grandes divisões, que serão estabelecidos a nível de análise:

1 - O menor carente, aquele produzido pelo desemprego ou subemprego dos pais, habituado à vida familiar e que tenta frequentar escola.

2 - O menor abandonado, que em geral procede de família desagregada e se agrupa através de uma liderança quase sempre marginal.

3 - O menor infrator interno ou não, em escolas convencionais ou com possibilidade de reincidir.

4 - O menor infrator interno ou não, em escola especializada.

A experiência, mais que a lógica, aponta as faixas centrais como possíveis de se unificarem, engrossando o índice do infrator e com a mesma possibilidade a primeira pode passar para a segunda, dependendo das circunstâncias, num círculo vicioso deprimente.

Da mesma forma, a última das faixas é significativa em vista do sofrimento das famílias, por falta de condições que os levem a integrar-se e sentir-se úteis.

A orientação para o trabalho, em oficinas diversificadas, seria um primeiro passo que possibilitaria oferecer também a assistência alimentar, de saúde, e orientação educacional.

Considerando as características sócio-econômicas de cada Município (zona urbana ou rural) as opções do aprendizado dos ofícios será coerente com o emprego de mão-de-obra previsto no plano de desenvolvimento.

A coordenação municipal propicia a adequação ao contexto cultural e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e naturais de cada região.

O envolvimento efetivo da comunidade no projeto representa a interação desejável para o sucesso do projeto:

- os aprendizes prestarão serviços na medida em que adquirirem capacidade e que forem solicitados.
- a produção da equipe de aprendizes poderá ser comercializada remetendo a verba para a oficina de origem.

- a possibilidade dos aprendizes prestarem estágio remunerando nas empresas locais.

- os orientadores serão selecionados entre os profissionais da localidade.

O estabelecimento de convênios com o MEC abriria um campo de treinamento profissional nas áreas de saúde, pedagogia, serviço social e psicologia, através de estágios graduativos.

Sendo a estruturação das oficinas de orientação para o trabalho tarefa para uma equipe multidisciplinar, registrarei apenas essas linhas de atuação.

Na certeza de que tal projeto será bem recebido reafirmo minha convicção: é um princípio de justiça social, uma possibilidade de crescimento e o pagamento de uma dívida antiga, que aniquila as possibilidades de vida de tantos jovens.

PROJETO DE LEI Nº 258/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a destinar, para implantação de centro de triagem e oficinas de orientação para o trabalho de menores carentes, as dependências do imóvel de propriedade do Estado, constituído pelas instalações da antiga "Fábrica de velas", localizado no Centro Cívico.

Art. 2º - Através do Decreto a ser baixado 30 dias depois da publicação desta Lei o Poder Executivo regulamentará o previsto no Art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei que aguarda a aprovação desta Assembléia Legislativa, tem o objetivo de instalar um dos postos de atendimento de menores carentes, na faixa de idade entre doze e dezoito anos, intenção já referida nos requerimentos anteriores, aprovadas pelo Plenário, em 11 de agosto de 1984.

Prestar assistência a esses bandos de meninos e meninas que vagam pelas ruas, na busca desesperada de sobrevivência, é dever do Estado.

A presente posição tem o objetivo de criar um posto de atendimento, que a nível experimental, propicie o aperfeiçoamento gradativo dos procedimentos educativos para uma efetiva integração desses indivíduos à sociedade.

A adolescência já é uma fase dramática da vida em condições normais, pelas mudanças físicas e psíquicas provocadas pelos hormônios e a aprendizagem do próprio corpo, além de ser o momento da formação da vida moral. Quando esse momento crítico da vida é movido pelo mal estar da fome, e o desejo de se afirmar como alguém, não encontra nenhuma saída, resta-lhes produzir sonhos cheirando cola e arrancar alguma coisa de alguém, todos os dias, para satisfazer a expectativa dos que já sem coragem esperam, num abrigo imundo - aí qualquer atitude é válida.

Há uma grande incidência de prostituição, de meninos e meninas, a partir dos doze anos, já que eles, pelas próprias condições adversas, não conseguem cumprir as etapas normais de amadurecimento. Tornam-se adultos antes do tempo. Passar mais esse dia - sobreviver - é o lema.

Se para alguns meninos existem opções, como a guarda-mirim e uns poucos subempregos, para as meninas só resta a prostituição e a maternidade precoce e irresponsável.

Quanto aos meninos também não escapam à exploração do corpo, satisfazendo os desejos libidinosos dos "veados" velhos por alguns cruzeiros. Isso me foi confessado nos pátios do Juizado de Menores.

É o momento da formação das "gangs" ou simplesmente da instalação de "pontos" de trabalho - lavadores de carros ou carregadores de pacotes mas é aí que os líderes escolhem os componentes do seu bando entre os mais ágeis e audaciosos, organizando o crime.

Basta olhar as notícias de jornal e observar como são jovens esses bandidos produzidos pela promiscuidade.

A criação de um centro de triagem com plantão permanente e as oficinas de orientação para o trabalho, constitui a esperança de atendimento de pelo menos 200 meninos em caráter sistemático e mais as emergências de encaminhamento, oferecendo-lhes, alimentação, higiene e a opção do aprendizado de um ofício além da recreação.

O imóvel referido, localizado no Centro Cívico, é constituído de edifícios de estrutura resistente e em bom estado de conservação somando 4.000 m² de área interna.

O conjunto está desocupado e se presta para abrigar a instituição proposta, mediante adaptações internas e instalação de equipamento mínimo, o que não representa para o Estado gasto excessivo.

Mestres e universitários demonstraram interesse em trabalhar na área, através de estágios graduativos -

resultando em excelente campo de treinamento profissional para esses jovens que se formam e começam a amargar a espera de um trabalho coerente com a sua formação. O MEC concedeu recentemente, às Universidades suplementação de verbas para a pesquisa ligada ao ensino.

Não seria esse um problema brasileiro dos mais importantes?

Trata-se de uma realidade incontestável, fruto de uma sociedade injusta, de senhores e escravos, de poucos privilegiados para muitos estigmatizados.

Não há o que esperar quando toda uma geração está condenada à miséria. É preciso agir imediatamente, reciclar todos os espaços ociosos, abandonar os formalismos e mobilizar toda a gente.

Investir nessas crianças e jovens é uma maneira de não ter que construir mais cadeias, manicômios e asilos, carregando o pesado fardo da omissão.

PROJETO DE LEI Nº 259/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo, autorizado a implantar a Rede Estadual de Creches no Estado do Paraná, destinada ao atendimento de crianças em idade pré-escolar.

Art. 2º — Através do Decreto a ser baixado 30 dias depois da publicação desta Lei, o Poder Executivo regulamentará o previsto no Art. 1º.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

JUSTIFICATIVA:

Considero de fundamental importância a assistência integral à criança, principalmente nos primeiros anos de vida.

Na situação sócio-econômica insustentável em que se encontra a Nação; os fatores interligados que passamos a expor se intensificam a cada dia.

O alto índice de mortalidade infantil por falta de condições mínimas de saúde e alimentação, além das condições de mãe durante a gestação.

Os acidentes de várias naturezas de que são vítimas crianças, que permanecem sozinhas ou sob os cuidados de outras crianças, enquanto os pais trabalham ou permanecem hospitalizados..

(Considere-se por exemplo "os números" do Hospital de Queimados ou do Clube da Soda).

— As crianças que deixam de frequentar a escola porque cuidam dos irmãos menores, na ausência da mãe que trabalha.

A implantação do sistema estadual de creche junto à rede escolar, numa atuação conjunta das Secretarias referidas possibilitaria:

— A assistência alimentar, médica e educacional a um grande número de crianças carentes, das zonas urbana e rural.

Estima-se em 150.000 o número de crianças carentes em fase pré-escolar no Estado.

— Condições para as mães trabalharem fora de casa concorrendo para a melhoria da renda familiar.

(A oferta maior de trabalho na zona urbana, no momento, é de empregada doméstica).

— Na zona rural as mães bóias-frias deixam as crianças sozinhas ou levam-nas e muitas sofrem insolação ou são picadas por insetos ou cobras.

— Campo de treinamento profissional dos formandos nas áreas da saúde, pedagogia e Assistência Social.

Estágios gradativos remunerados que serviriam à triagem dos funcionários que integrarão o quadro de funcionários.

— Convênios com as Universidades e Instituições de Ensino Profissionalizante à Coordenação dos Estágios.

— Repasse de dotações orçamentadas referentes às obrigações sociais das empresas.

— Descentralização do atendimento à clientela, formando núcleos para a futura escola integrada, incentivando a vida comunitária.

— Envolvimento da comunidade na construção dos agregados ou adaptação dos espaços disponíveis, quando for o caso.

— A orientação dos pais por assistentes sociais, educadores sanitários ou pedagogos, por ocasião das reuniões dos usuários desse serviço.

A aprovação deste plano de lei, seria sem dúvida um processo dinâmico de geração de possibilidades crescentes, atendendo a uma das metas prioritárias do Governo José Richa — A melhoria da qualidade de vida do povo.

PROJETO DE LEI Nº 260/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica prorrogado até 15 de março de 1987 o prazo previsto no artigo 137 da lei nº 7.051, de 04 de Dezembro de 1978.

Parágrafo Único: A aplicação do disposto neste artigo dar-se-á automaticamente, de conformidade com as vacâncias, assegurando-se a permanência do funcionário investido no cargo comissionado até a data de sua exoneração.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

O artigo 137 da Lei nº 7.051/78 estipulou o prazo de 06 (seis) anos para que os cargos de provimento em comissão pudessem ser ocupados, também, por funcionários integrantes de classes AF-2 e AF-3.

Ocorre que, atualmente, vários servidores integrantes das séries de classes AF-2 e AF-3 foram convocados pela Secretaria de Finanças, para ocupar os referidos cargos e o estão fazendo com eficiência.

É de se considerar, ainda, que as sucessivas remoções, bem como a falta de cursos de nível superior próximo das localidades onde estão lotados os servidores que, ainda não puderam alcançar a classe de Agente Fiscal AF-1, impediram ou retardaram a complementação da escolaridade que seria exigida a partir de dezembro próximo vindouro, para o provimento destes cargos comissionados.

Sendo, portanto, do interesse da administração que se prorrogue os efeitos do artigo 137 da Lei 7.051 de 04 de Dezembro de 1978, pois, assim procedendo, estaremos atendendo justa reivindicação, sem qualquer aumento de despesa para os cofres públicos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Maia Filho, inscrito.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Emocionados, conhecemos ontem mais um artista de televisão que leva a sua carreira pelo fator psicológico

da novela. Tivemos, ontem, o primeiro ato da "novela" do Sr. Governador José Richa prestando contas, ou querendo prestar contas para o povo do Estado do Paraná, e aguardamos, o segundo capítulo da "novela" que está marcada para hoje, às dezessete e quarenta, numa rede de canais de televisão de nosso Estado. E é justamente sobre isso que nós tínhamos preparado alguma coisa para falar hoje, Senhor Presidente, porque há exatamente oito meses passados, nós viemos nesta tribuna, fizemos um requerimento pedindo ao Sr. Governador que nos fornecesse o tanto que ele gastou para um Jornal do Estado do Rio de Janeiro fazer propaganda do seu governo. E ontem, o Sr. Governador pedia sugestões no seu pronunciamento, e temos o dever cívico de dar as sugestões ao Sr. Governador. Uma delas, Senhor Presidente, que, ao invés do Sr. Governador do Estado elevar o seu orçamento em 700% para a Comunicação Social, ao invés do Sr. Governador do Estado elevar as suas verbas de gabinetes de seus Secretários, ao invés do Sr. Governador do Estado gastar em mordomias comprando avião a jato, porque o Sr. Governador do Estado, com esta verba, não vem socorrer o funcionário sofrido da CLT do Estado que hoje está passando fome.

(Aplausos nas galerias)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa adverte as galerias: regimentalmente é vedado manifestações nas galerias. A Presidência da Assembléia sente-se honrada com a visita dos senhores, no entanto, não permitirá manifestações que contrariem o Regimento Interno da Casa.

Com a palavra o Senhor Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Esta é a primeira sugestão que damos ao Sr. Governador do Estado para que seja na realidade o Governo participativo que tanto pregou nas praças públicas: que, ao invés de punir como puniu o presidente da Comissão de Greve dos Funcionários da Saúde Pública, o servidor Doático Santos, líder do movimento; ao invés de puni-lo, tirando-o do seu cargo na Secretaria, por que não o trouxe ao Palácio para saber da realidade das reivindicações que o nosso povo, que os nossos funcionários celetistas da Fundação Saúde e Bem-Estar do Paraná precisam.

Mas, nós não poderíamos esperar muito, Senhor Presidente, deste Governo, porque graças a nossas denúncias no começo do ano com a CPI, conseguimos mostrar que o diretor-administrativo da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, o Sr. Arnaldo Agenor Bertoni, não era nada mais nada menos do que um cidadão que foi preso, assaltando banco na Cidade do Rio de Janeiro, conforme está a certidão aqui. O que poderemos esperar, Senhor Presidente, deste governo participativo... (A Mesa faz soar os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica que seu tempo está esgotado.
(Sem revisão do orador).

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna, nesta tarde, é um problema gravíssimo que está acometendo o País vizinho do Uruguai. No entanto, gostaria, antes de adentrar no assunto, de apenas registrar de que, pelo menos no Paraná temos um Governo do Estado eleito pelo povo que, no período de quatro anos, fará uma nova eleição. Enquanto que os regimes militares sustentados por certos partidos, por certas conveniências de políticos, continuam vivos também no Brasil e, principalmente, nos países latino-americanos do Cone Sul.

A ditadura sim, atropela a Democracia. Não os impasses que hoje vemos entre servidores do Governo do Estado, porque estes poderão ser solucionados e serão solucionados sem armas e sem ameaças de arbítrio.
(Lendo):

"O regime militarista no vizinho país uruguaio a cada dia que se aproxima a data da realização das eleições livres dá mostras de seu peso, de sua amplitude, de sua abrangência contra a liberdade de seu povo. E é isto que nos preocupa como membros e Presidente do CEDEL.

Lamentamos, profundamente, que do Uruguai; partam informações de que o Governo proibiu a saída de políticos daquela nação para participar de reuniões democráticas que estão sendo realizadas em vários pontos da América Latina. Teremos aqui, dias 13 e 14 um marco do encontro do CEDEL, uma jornada uruguaia, apoiada por vários organismos de apoio dos povos Latinos-Americanos.

Fomos informados de que políticos de partidos contrários ao regime, estariam sendo vigiados e proibidos de se afastar do Uruguai. Isso até nos parece uma perseguição e temor do tipo como forte regime anti-povo que lá governa há onze anos. Estamos próximos dos dias em que teremos aqui em Curitiba, a realização de um encontro promovido pelo CEDEL, pelo comitê uruguaio e demais órgãos afins, para que juntos, democratas e irmãos possamos dialogar, trocar idéias e intercambiar forças nesta cruzada que aos poucos vai ganhando adeptos em toda a América Latina.

Lamentamos que o Governo Uruguaio proceda de tal maneira, proibindo, vigiando, pressionando os passos de seus patrícios que embainhando a capa libertária, tentam buscar apoio fora de seu país, devido a opressão e a marginalização daqueles que querem igualdade de condições na luta até mesmo pela própria sobrevivência.

De uma forma ou de outra, temos certeza de que a realização de eleições presidenciais no Uruguai, antes do que aquelas que haverão de ser realizadas neste País. Deverão chamar a atenção de toda a Nação Latina, para a não ocorrência de fraudes, como ocorrem a cada período eleitoral no vizinho Paraguai do Generalíssimo Alfredo Stroessner.

É preciso denunciar o desrespeito aos Direitos Humanos e a perseguição em marcha forçada das botinas sobre o povo; lembrar que mesmo com a realização de eleições livres, será necessário um alerta para que o Governo não venha a utilizar-se dos acessórios fraudulentos que regimes de exceção procuram lançar mãos para tentar fraudar e fardar novo período de arbítrio como que de Governo popular.

O encontro programado para os dias 13 e 14 em Curitiba, será realizado de qualquer maneira, queiram ou não queiram os ditadores Latino-Americanos. Pois, não se trata de uma reunião de afronta, a regimes mas, de reunião de lideranças políticas e segmentos sociais que buscam apoio para emergir da escuridão,

do atoleiro, da arbitrariedade e escravidão em que se encontram nossos irmãos uruguaios, paraguaios e de outros Países.

Tais ameaças não nos assustam eis que o refluxo das ditaduras na América Latina teve início em 79, com as quedas dos governos militares no Peru, no Equador e, recentemente, na Argentina. Não somos nós que afirmamos que há nos regimes autoritários uma deliberada confusão entre os conceitos de Nação, País e Estado. Os regimes militares vêem o País como simples propriedade do Estado e a Nação como sua servidora...

Respeitamos um povo, onze milhões de uruguaios, que na última década passou espremido pelo regime militar que chegou ao absurdo: "Homeinesco" de proibir até mesmo a barba para homens e calças compridas para mulheres. Respeitamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não o regime militar que promete a abertura com a realização de eleições para o dia 25 de novembro, não o regime que até mesmo reconheceu como legal a frente ampla, um coligação de partidos esquerdistas execrada pelo regime militar, mas respeitamos sim, o povo uruaio que após o massacre e o silêncio de onze anos, sente e vê no pleito livre, o início de uma caminhada libertária e cujo futuro deve resplandecer o destino e os caminhos que haverá de trilhar todo um pouco, uma Nação forte e preparada e não enfraquecida e envergonhada pelas bandalheiras dos mercenários lesa-pátria que pela força se instalam no poder para sugar não só as riquezas do solo, mas de seu próprio povo.

Como toda a ação gera uma reação, esperamos que a caminhada do povo uruaio, aberta, pelos menos anunciada como aberta, na transição que tem como mentor maior o comandante-em-chefe do exército, General Hugo Medina, não sofra a partir de agora, nenhuma contra-ordem em direção ao retrocesso total".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Servidores da Fundação de Saúde Caetano Munhoz que aqui vêem democrática e pacificamente, apresentar as suas reivindicações em termos de valorização da classe trabalhadora.

Independentemente, do retorno ao trabalho ou da continuidade do movimento paredista, a verdade é que a greve das Universidades de Maringá e Londrina, já se consolidou vencedora. A viabilização do manejo terapêutico de verbas para se desproletarizar os salários do pessoal de menor renda e o formal compromisso do Governo em repassar as três Fundações Universitárias valores na ordem de 100% do INPC são louros importantíssimos importantíssimos colhidos na peleja. Mais do que isso, ao esfriarem a decantada iniciativa do Governo em cobrar do Ministério do Trabalho o reconhecimento de ilegalidade da greve, objetivando a aplicação das "medidas cabíveis" aos grevistas, professores e funcionários das Fundações Universitárias tomaram fôlego e retomaram alento. E foi ainda a resistência tenaz do grevista o eixo responsável até mesmo pela revisão de posições do Palácio do Iguaçu.

Era havido como certo e definitivo que, da parte do Governo, o episódio estaria encerrado, ao aceitar o Governador José Richa o compromisso de não aplicar

na tabela dos reajustes de vencimentos o famigerado Decreto Federal nº 2065, deplorável instrumento de arrocho salarial.

Pública e formalmente, encareceu o Governo que "ainda que mofassem a frente do Palácio do Iguaçu, os grevistas não seriam recepcionados para a discussão de ulteriores desdobramentos". E também esta muralha intransponível de aparência andou ruindo e cedendo lugar ao pacto da Comissão Paritária instituída, para se fixar o contorno do que haverá de ser de fato o acordo definitivo entre as partes.

É por esta razão, por esta postura de ser capaz de autocrítica que nós reconhecemos a grandeza de gesto por parte do Governo do Estado do Paraná.

"A nível de Maringá, em cuja Universidade lecionei desde 1974, o fato novo do movimento paredista foi a greve de fome desencadeada pelo Presidente da ADUEM. É de se elogiar o espírito de renúncia e despendimento do líder classista, mas em que pese a natureza dos fatos, é provável que a iniciativa só tenha sido válida no campo da experiência. O sacrifício assumido pareceu-nos fora de propósito, ante o nível de penalização existencial dos trabalhadores em greve, e, a greve de fome no máximo deve ter valido como advertência de que a autoflagelação apenas deve ser acionada em situações de encurralamento externo.

Em síntese, a luta reivindicatória avançou bastante e agora, no momento do crepúsculo, somente ocorrerá fatal desastre, se no mergulho de pouso à normalidade em nome da trégua convencionada, não souberam, o comando e os tripulantes, preservar a chama da unidade. É esse o termômetro real, do sucesso das lutas coletivas, mesmo porque, toda mobilização popular, só culmina por derrota, quando se orienta pela divisão. Nesta hipótese, até mesmo o ideário coletivo se atrofia. É que o avanço fragmentado se envereda fatalmente, para as cores do retrocesso. Se falar mais alto o bom senso que todo o alarido monumental das retalhações, o importante é que num cenário em que não se configure a antítese; vencedor versus vencido, seja introduzida como grande campeã, a causa da unidade a que deve servir toda e qualquer liderança, de fato comprometida e sensível às evoluções das lutas populares".

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Esta Presidência registra a presença nesta Casa, do Vereador de Paranaguá, José Maria Martins do Carmo.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Evidentemente, a política e a postura política dos homens, nos colocam a meditar sempre, sobre a forma mais correta neste momento em que atravessamos um período de auto-atirmação da classe política na Nação.

Ouvimos há pouco, no Pequeno Expediente, uma crítica contundente ao Governo do Estado do Paraná, por ter ontem, na televisão prestado contas aos paranaenses dos seus atos, como Governador. O Governador, que pela televisão, pediu críticas ao seu Governo, abriu o seu governo; fraqueou na sua administração, para que todos quantos quisessem,

fizessem críticas, sugestões, à sua administração, no Governo do Estado do Paraná.

Talvez, Senhores, o resíduo do arbítrio que durante tantos anos, manteve o Executivo tomando atitudes isoladas, tenha motivado em todos nós, queiramos ou não, uma formação, de que, prestar contas de seus atos, seja demagogia.

A permanência dos regimes autoritários, donos do Poder e da vontade, decidindo em gabinetes, fugindo das ruas, fugindo do povo, fugindo da participação popular, não permitindo uma radiografia de seus atos, tenha talvez maculado a todos nós dessa geração, a não entendermos o Governo Participativo.

Eu acredito que para os paranaenses, e para nós, políticos independentes, de qualquer partido, que venhamos a adotar, o importante é que nós venhamos ter um Governo aberto à crítica; e é que se propôs o Governo do Estado do Paraná, quando, mostrando suas obras, seus atos, seus defeitos, suas brechas, suas carências, pediu ao paranaense, críticas ao seu Governo, por um Programa de rede estadual de televisão. Esse resquício do autoritarismo dos homens que querem administrar, escondendo a face, é que precisa assumir se nós queremos realmente fazer com que essa nova geração de políticos possa cumprir o seu papel de representantes da sociedade.

Por outro lado, eu vejo manifestações, nesta própria Casa, quando se fala e acusa-se o Governo Richa e, diga-se de passagem, o Governo que mais fez pela classe do Servidor Público neste Estado, porque ainda, ontem, eu via um panfleto do Rio de Janeiro, quando o funcionalismo público do Rio de Janeiro, está pedindo 50% e está pedindo o décimo terceiro salário que ainda não conseguiu e o Governo do Estado do Paraná já deu. E eu vejo de um ilustre representante, meu amigo a quem muito estimo, da Bancada do PDS, referir-se ao fato da manifestação do servidor público e ser aplaudido quando a sua maior reivindicação é a reposição salarial, nós não entendemos ou não paramos para pensar de que a reposição salarial nada mais é do que a defasagem dos salários de vinte anos de prepotência e de arbítrio e que estamos cobrando, hoje, de um Governo que procura dar ao trabalhador, dar ao servidor dentro das suas possibilidades aquilo que ele pode dar. Reposição salarial é aquilo que a classe trabalhadora perdeu por não ser ouvida. Reposição salarial é aquilo que a classe dos trabalhadores perdeu por não poder se manifestar pela lei anti-grave.

A reposição salarial é aquilo que o trabalhador quer, mas o importante é que tenha em mente que não fomos nós que tiramos. Nós estamos, hoje, dando 100% do INPC. Para dar reposição teremos que no passado se negou à classe do trabalhador para que possa fazer frente às suas necessidades devidas.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A pedido do Vice-Presidente do PT Regional, Lafaiete dos Santos Neves, e em concordância com a Liderança do PT, abro este espaço para a leitura da nota do Partido dos Trabalhadores a respeito do funcionário da Saúde, Doático Santos (Lê):

"A Comissão Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores esteve reunida, nesta manhã (3/10),

com o Deputado Federal Euclides Scalco, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, discutindo a demissão, por parte do Governo Estadual, do funcionário da Secretaria da Saúde DOÁTICO SANTOS, filiado ao Partido dos Trabalhadores.

O questionamento, por parte da Executiva do PT, consistiu nos seguintes pontos:

1) - DOÁTICO SANTOS, filiado ao PT, é presidente do Conselho de Entidades da Secretaria da Saúde e secretário da Comissão pró-Federação de Servidores do Paraná; neste momento integra também a Comissão de Coordenação da Campanha Salarial da Fundação Caetano Munhoz da Rocha. É DEMITIDO, portanto, UMA LIDERANÇA DE TRABALHADORES por parte de um governo em cujo programa e compromisso eleitoral consta o respeito à autonomia de organização dos trabalhadores.

2) - O próprio Secretário da Saúde, segundo veiculação da imprensa, admite que a demissão de Doático Santos foi de caráter POLÍTICO.

3) - A alegação do cargo de confiança não procede já que Doático exercia a função de "datilógrafo do almoxarifado", estando neste momento liberado de suas funções para o trabalho de articulação da Federação de Servidores, segundo acordo com o próprio Governo.

4) - Tais fatos trazem a preocupação de que os demais funcionários do Estado, filiados ao PT, alguns, inclusive, exercendo este tipo de cargo de confiança, sejam atingidos por semelhantes medidas.

5) - O PT não reivindica a readmissão de Doático para um cargo de confiança, mas EXIGE sua readmissão enquanto funcionário do Estado.

O esclarecimento por parte do Chefe da CASA CIVIL se prendeu aos seguintes termos: a demissão de Doático Santos foi encaminhada pelo Secretário da Saúde ao Governador que a sancionou, não cabendo ao Governo do Estado senão repaldar um ato de seu Secretário.

O Chefe da Casa Civil foi enfático ao negar qualquer tipo de perseguição sistemática a funcionários públicos estaduais filiados ao PT.

Para o PT fica claro o seguinte:

- A demissão do Doático está localizada no grupo que hoje dirige a Secretaria da Saúde, cabendo ao Secretário Luis Cordoni a responsabilidade por ato que revela uma estranha tendência a resolver através de método repressivo (demissão) uma questão de ordem política (e por parte de quem até recentemente denunciava semelhantes medidas na esfera do Governo Federal).

DIANTE DISSO,

o PT, está mobilizado no sentido de denunciar este ato, solicitando posicionamento do conjunto da Sociedade civil e dos próprios Parlamentares do PMDB, já que este ato do Secretário da Saúde fere o próprio programa do partido que hoje está no poder no Estado.

O partido dos Trabalhadores defende a liberdade e autonomia sindical, bem como o direito de cada cidadão ter sua opção partidária, exercendo livremente esta opção, sem intervenção do Estado em sua vida privada, no sentido de cercear sua liberdade.

O ato do Secretário Cordoni, é uma violência, na medida em que fere direitos fundamentais do homem, que é direito ao trabalho, e à liberdade de organização e expressão.

Este ato demonstra o autoritarismo, vertente do fascismo, instalado hoje no grupo que dirige a Secretaria

da Saúde.

Aos democratas deste Estado, o PT conclama para a luta em defesa dos direitos fundamentais do homem.

Hoje é Doático Santos, amanhã poderá ser qualquer cidadão que queira exercer seus direitos”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Odeni Mongruel, inscrito.

Havendo declinado, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, inscrito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Saúdo, nesta oportunidade o índio Caciporá, Jorge Correa, da Nação Kaingang, de Mangueirinha, representante do Líder, Francisco Luiz dos Santos, Coordenador da Região Sul da União das Nações Indígenas. (Lendo):

“Tudo o que fere a terra, fere também os filhos da terra. O índio é filho da terra. A terra é a nossa vida e a nossa liberdade. Os grandes não compreendem o povo índio, porque os grandes senhores da terra escravizam a terra. São estranhos que chegam de noite e roubam da terra tudo quanto querem. Para eles um torrão de terra é igual a outro. A terra não é sua irmã, é sua inimiga. Eles destroem e vão embora. Deixam para trás o túmulo de seus pais, roubam a a terra de seus filhos. Sua ganância empobrecerá a terra e eles deixarão atrás de si só a areia cansada dos desertos. A força do povo índio é amar e defender a terra. Por isso, não podemos vendê-la. Ela é de todos os homens. Quem tem o direito de vender a mãe de todos os homens? A terra é a nossa vida e a nossa liberdade. O índio sem terra é como o tronco sem raízes à beira do caminho. Tudo o que fere a terra fere também os filhos da terra”.

“Na verdade, o motivo é a terra - sabemos - suas riquezas naturais, seu coração de ouro e pedras preciosas, as grandes cascatas, os rios vigorosos, as matas - enfim tudo que possa ser transformado em dinheiro - dólares de preferência.

De roldão por que não arrebanhar a mão-de-obra quase gratuita daquela gente inferior racialmente?

Não foi assim sempre? Preados, escravizados, buscando o ouro que eles nem ligavam?

É assim, que sob o título de Fundação Nacional do Índio, o Governo Federal criou uma empresa lucrativa que faz de seus tutelados (considerados incapazes relativamente), instrumentos de produção retirando de suas terras e de seus braços o que chama de “Renda Indígena”. Empresa “sui generis” essa que não os têm como acionistas, mas usa suas terras.

Não os têm como assalariados, mas usa seus braços - os têm como tutelados.

E preciso estranhar, Senhores, aliás, dizem que estranhar é a única maneira de se ver a realidade criticamente, romper os véus do costumeiro.

É preciso estranhar quando o Presidente da FUNAI é exonerado por se negar a assinar autorização para a exploração de minério nos já reduzidos territórios indígenas dizendo não querer ser cúmplice de um genocídio.

(Ontem foram demitidos pelo novo Presidente treze sertanistas, entre eles os Vilas Boas - por que?)

É preciso estranhar quando nossas crianças voltam da escola depois de comemorar o Dia do Índio, relacionando-os apenas com penas ou com os filmes de de far-west.

É preciso estranhar quando os livros didáticos dizem: que o índio embora de baixa e rudimentar cultura, possui algumas habilidades . . .” ou então o que tipicamente racista.

Enfim, há um desconhecimento propositado dos povos indígenas e suas múltiplas formas de cultura embora nossa gente esteja imbuída de seus traços peculiares de caráter, tais como o fatalismo, a imprudência, o desprendimento, a fraternidade, a lealdade e a cortesia.

Nossos líderes revolucionários têm do Caraíba, o homem sábio que faz as profecias, a mesma força que ajuda a comunidade em momento de perigo ou adversidade, como o Profeta João Maria tão contestado. O Contestado e Canudos são outros claros exemplos do misticismo messiânico.

Ao tempo dos seicentistas foram registrados, só no atual Estado do Paraná, pelo menos cinquenta tribos com denominações próprias, na sua maioria pertencentes à grande família tupi-guarani, que segundo a tradição linguística, de Cananéia para o sul, passava a chamar-se Carijó ou Guarani.

Os guaranis do litoral tiveram efetiva participação na colonização e formação étnica da nossa gente praieira, hábeis pescadores, detentores de tecnologias variadas na captura de peixes, camarões e mariscos.

Embora o Paraná seja chão preponderantemente guarani, os Kaingangs do tronco linguístico Macro - Gê são hoje a população mais numerosa, totalizando juntos cinco mil pessoas.

Desde tempos imemoriais junto a esses dois povos assinala-se a existência dos Xetás, dramaticamente extintos em função do contato com a sociedade “civilizadora”.

Sobreviveram apenas cinco.

Os Xetás representam uma forma de etnocídio que começou em 1949, quando suas terras na Serra dos Dourados, foram consideradas devolutas e portanto transferidas, por atos do Governador Munhoz da Rocha, a fazendeiros de Guarapuava, como indenização das glebas cedidas a emigrantes alemães da região.

A propriedade da família Lustosa se estendia sobre as terras dos Xetás, razão pela qual o Deputado Antônio Lustosa de Oliveira a alienou a uma colonizadora paulista que loteou e principiou o martírio e a extinção dessa sociedade.

Para relatar outro caso recente de luta e resistência pela terra, tomamos como exemplo a reserva de Mangueirinha, atualmente subordinada à administração da FUNAI e congregando em seu território, povos indígenas que foram inimigos no passado. A área considerada de posse imemorial das comunidades Guarani e Kaingang sofreu reduções já na sua demarcação. Em 1949, metade da área passou (8.976 ha) para o grupo econômico F. Slaviero e Filhos S.A. - Indústria e Comércio de Madeiras.

Esse ato governamental lesou seis outras áreas indígenas num total de 90.000 já com mata natural de araucárias e várias espécies locais que constituíam seu universo ecológico.

Em 1979 - A construção da Hidrelétrica de Salto Santiago, no Rio Iguaçu inundou 150 ha de área indígena sem que tenha havido qualquer indenização”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O Sr. Nelson Vasconcellos - Farei por quinze minutos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra, o Senhor Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho a esta tribuna para fazer um registro, nesta Casa, das reivindicações dos servidores da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, e das decisões da mesma Fundação.

Passaremos a ler o primeiro documento elaborado pela Assembléia Geral Permanente dos Servidores da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. (Lendo):

"Ilmo Sr.

Dr. Armando M. B. Baggio

M.D. Diretor Superintendente da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

Nesta.

Senhor Diretor,

Cumpre-nos comunicar a Vossa Senhoria as resoluções da última sessão de nossa Assembléia Geral Permanente, realizada no dia 22/09, em Curitiba e que contou com a participação de aproximadamente (600) seiscentos servidores, oriundos de 73 municípios do Estado, resoluções estas que descrevemos a seguir:

1) - Adotar o Estado de Greve para assegurar a continuidade do processo de negociação do reajuste salarial de 1.º de setembro, visto que até a presente data, não vislumbramos possibilidades de atendimento às nossas reivindicações.

2) - Marcar para o dia 03 de outubro/84, a deflagração da Greve, caso não haja evolução nas negociações.

3) - Marcar para dia 03 outubro/84, às 09:00 horas, a próxima sessão de nossa Assembléia Geral Permanente, no Auditório do Colégio Estadual do Paraná.

4) - Adota a seguinte plataforma de reivindicações:

a) Reposição das perdas salariais de 50%.

b) Fim da aplicação do Decreto-Lei 2065 e concessão de 100% ao INPC para todas as faixas salariais.

c) Piso salarial de 03 salários mínimos.

d) Estabilidade no emprego.

e) Pagamento do adicional de insalubridade em todos os casos comprovados.

f) Nenhuma punição aos participantes de nossa Assembléia Geral Permanente.

5) - Eleger um Comando do Estado de Greve encabeçado pelos Presidentes das entidades representativas dos servidores.

6) - Manifestar publicamente apoio a continuidade da atual política desenvolvida pela Secretaria de Saúde e Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, de nossa parte, não aceitando nenhuma espécie de penalização às nossas chefias nos seus diversos níveis.

Sendo o que se apresenta para o momento subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Curitiba, 25 de setembro de 1984.

DOÁTICO A. A. DOS SANTOS

Presidente da Assembléia Geral Permanente dos Servidores da Fundação de Saúde C.M.R."

Em seguida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha faz uma nota de esclarecimento à opinião pública, datada do dia 28 de setembro de 1984, que passo a ler:

"A Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha vem de público aclarar:

1— A opinião pública não desconhece o intenso esforço que o Governo vem desenvolvendo no sentido de melhorar a situação do funcionalismo estadual, dentro de critérios de justiça e equidade. Destacam-se, neste esforço, a concessão da semestralidade, o 13.º salário, a ascensão funcional e os aumentos em novembro, maio e julho para os celetistas da administração direta, colocando o Paraná na vanguarda do atendimento às aspirações do seu funcionalismo.

2— Dentro do espírito das preocupações do Governo do Estado, a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha não tem medido esforços na mesma direção, concedendo inúmeros benefícios nesta gestão, dentre os quais ressaltam a promoção de aproximadamente 1400 funcionários do nível AN para o nível N, completados dois anos no nível inicial, e o adicional de salário relativo ao triênio, resposta a uma luta de 8 anos por parte dos funcionários.

3— Atendendo a solicitação do Conselho de Administração desta Fundação, bem como das demais empresas da administração indireta, o Senhor Governador vem de anunciar a concessão de reajustes salariais em 100% do INPC, a partir de 1.º de setembro para a FSCMR, caracterizando mais acentuadamente o espírito de justiça com relação aos servidores públicos.

4— Tendo em vista todos os benefícios que, em curto período de tempo, foram obtidos pelo funcionalismo estadual, esta Fundação relembra a necessária racionalidade que deve presidir a seleção das prioridades do Governo do Estado, responsável pela dotação de benefícios sociais mínimos a uma população afligida pelos efeitos perversos da crise econômica, política e social que devasta a nacionalidade. Daí, entende que, à luz da justiça social, são inoportunas reivindicações que ultrapassem as condições oferecidas pelos recursos do Estado e colocam em risco as demais ações necessárias ao atendimento da população paranaense.

5— Na esperança de que, reconhecendo o esforço desenvolvido e os avanços obtidos, seus servidores não deixarão que as paixões prevaleçam sobre o bom senso, esta Fundação considera esgotadas suas atuais possibilidades de atendimento a quaisquer outras reivindicações, que envolvam aumento de despesas no ano de 1984.

Curitiba, 28 de setembro de 1984.

(aa) ARMANDO M.B. RAGGIO

Diretor Superintendente

ARNALDO AGENOR BERTONE

Diretor Administrativo

ZIADIR FRANCISCO COUTINHO

Diretor da Saúde Comunitária

JORGE RAMILLO SALLES

Diretor Hospitalar "

"NOTA OFICIAL DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE AO SEUS FUNCIONÁRIOS

Considerando a pauta de reivindicações dos seus

funcionários, a Fundação de Saúde, além do reajuste de 100% do INPC para todas as faixas salariais a partir de 1.º de setembro de 1984, já autorizado pelo Governo, vem de público propor:

1.— QUANTO À INSALUBRIDADE:

Pagamento da insalubridade a todos os funcionários com direito comprovado, a partir de janeiro de 1985, a começar pelas categorias de menor salário;

2.— QUANTO AO PISO SALARIAL:

Pagamento do piso de 120% do salário mínimo a partir de janeiro de 1985, independente da aprovação do Plano de Classificação de Cargos e Salários;

3.— QUANTO À ESTABILIDADE:

Compromisso de ser estudada como “garantia de emprego” junto ao Governo, através de comissão com a participação dos funcionários;

4.— QUANTO À PARTICIPAÇÃO:

Estabelecer forma de relacionamento com as entidades creditadas na Fundação de Saúde, através de comissão conjunta para tratar das atuais questões, bem como de todas que digam respeito ao interesse funcional;

5.— NÃO À GREVE:

Preocupada com o bom desempenho dos serviços de saúde prestados à população em geral, a Fundação de Saúde torna a insistir na sua posição contra a greve e pela permanência nos postos de trabalho. Curitiba, 02 de outubro de 1984.

FUNDAÇÃO DE SAÚDE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA’

Com isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pelos documentos aqui lidos, verificamos que o Governo José Richa, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, bem explícito, a Fundação Caetano Munhoz da Rocha tem procurado através do diálogo, da responsabilidade e da coerência, resolver todas as reivindicações dos seus servidores e temos convicção e certeza que até 1985, todas essas reivindicações serão solucionadas a bom termo, por solicitação dos ilustres funcionários.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu acho que Vossa Excelência está com a razão, em parte. Quando se dá 120% de aumento, quando a inflação é galopante, de quase 300%. Quando se falava em greve, o PMDB era o primeiro a coordenar as greves. Agora que o pessoal está reivindicando o seu direito, Vossa Excelência, como democrata autêntico, sabe muito bem que o direito deste povo é um direito inalienável, Vossa Excelência sabe que o PMDB sempre insuflava as greves, sempre estava nos palanques ao lado dos grevistas. Hoje, quando se fala, quando se reivindica uma justiça, Vossa Excelência vem defender o Governo, com justa razão, mas 120% é aviltante. Por que? Porque sabe bem Vossa Excelência que a inflação é de 280%. O Governo participativo do ilustre Governador José Richa, ilustre Deputado, não devia deixar sair greve, devia dialogar com os seus funcionários, dialogar com todo o esquema de seu Governo, para que Vossa Excelência não passasse o vexame de vir aqui, uma anomalia, para defender uma coisa que Vossa Excelência criticava no Governo passado. No Governo Ney Braga, o PMDB, com justa razão, estava ao lado dos grevistas. Hoje, Vossa Excelência vai dar uma esperança, e faz-me lembrar a frase de Jesus: “Nem só de pão vive o homem”.

Vive de esperança e de conversa. Porque a inflação está em 280%. Por que 120%? Porque Vossa Excelência hoje se põe ao lado do Sr. Governador contra a greve, se antes, Vossas Excelências dessa ilustre Bancada combativa, eram os primeiros a irem às ruas, às assembléias, às igrejas, a defender aquele povo humilde que está lá passando fome. Até janeiro, Sr. Deputado, e eu não acredito que Vossa Excelência sendo convicto com o seu íntimo, porque eu o conheço. É indefensável o seu Governador, porque isto de vir ler mensagem de pessoas que estão completamente alheias à Fundação, pessoas que estão lá por cargos políticos para defender o “todo poderoso”. Vossas Excelências deviam estar hoje, aqui, ao lado daquele povo que precisa de Vossa Excelência, que votaram, a maioria em Vossas Excelências. Não adiante, Sr. Deputado, virmos à tribuna. Nós temos que estar com o povo, porque é dele, “é do povo que emana todo o poder”, foi o povo que nos elegeu. Foi esse povo, Sr. Deputado, que elegeu o vosso Governador e chega de balela, Deputado, permita-me dizer isso. Janeiro, Deputado, até janeiro, a inflação está em 300% e Vossa Excelência e seu Governador Governador não tem força moral para defender este povo que clama por justiça.

Muito Obrigado.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Queremos agradecer o seu aparte, Deputado Gabriel Manoel, mas queremos dizer a Vossa Excelência, que jamais somos contra a greve. Estamos fazendo um relato da evolução das reivindicações feitas pelos funcionários e se a inflação hoje é galopante, é causada pelo Governo que Vossa Excelência há vinte anos vem defender e que o Governo José Richa vem se propondo a recompor essa defasagem no salário dos nobres funcionários da Saúde Pública que é o quadro que eu tenho muita honra em pertencer, como médico.

Concedo aparte ao Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e concordo com o Deputado Gabriel Manoel — que o homem não vive de conversa e de esperança. Mas este povo viveu vinte anos de engano, de conversa e de esperança. Vinte anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Tumulto no plenário).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa solicita aos Srs. Deputados que pretendem apartear os colegas que estão na tribuna que o façam de maneira regimental.

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu agradeço a intervenção da Mesa, porque a verdade realmente é dura de ser ouvida.

Um ano e meio de governo democrático do PMDB, com erros e com acertos! Com erros e com acertos! Reconhecemos, Sr. Presidente e nobre Sr. Deputado Nelson Vasconcellos. Os que não podem ouvir a verdade, os que não querem reconhecer que durante tanto tempo estiveram com a cabeça enfiada na areia, e que hoje, têm a ousadia de vir e dizer de que um povo não pode viver de esperança e de água, como este povo viveu durante tanto tempo. A esperança é a água! Tumultuam aqueles que não têm argumento, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está reaberta a sessão. A Presidência solicita dos Srs. Deputados o estrito cumprimento do Regimento Interno. Consulto a Liderança do PMDB, se fará uso dos quinze minutos restantes que lhe são destinados.

O SR. CAÍTO QUINTANA — O ilustre Deputado Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra, o Sr. Deputado Roberto Requião, por quinze minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, no início desta Legislatura eu já disse desta tribuna que nesta Assembléia o PMDB teria que ser Situação e a sua própria Oposição. Isto ocorre novamente, no momento em que a Secretaria da Saúde demite o funcionário Doático Santos. Porque, em mais esse momento falece a autoridade — a bancada dos amigos dos rapazes da Freguesia do "O", para se opor a mais este ato autoritário.

De nossa parte sobra razão e autoridade para fazer a autocrítica desta tribuna. Pessoalmente, é a terceira vez que ocupo a tribuna da Assembléia para afirmar uma posição pelas liberdades democráticas.

A primeira vez, foi quando a Delegacia de Ordem Social pretendeu fichar os militantes do PT. A segunda vez, foi quando a direção da Secretaria da Saúde estava sendo ilegal e injustamente levada a depor na Polícia Federal, por denúncias que surgiram em áreas da direita do PMDB e do próprio PDS.

Naquelas oportunidades, Sr. Presidente, eu li um pequeno trecho dum poema de Bertold Brecht, que permito-me repetir, nesta ocasião — "Primeiro, levaram os comunistas, mas a mim não me importou porque eu não era comunista; em seguida, levaram alguns operários, mas a mim não importou porque tão pouco eu era operário; depois, detiveram os sindicalistas; em seguida prenderam alguns padres; mas, como eu não sou religioso, tampouco me importou. Agora, levam a mim, mas já é tarde."

Não será o Partido do Movimento Democrático Brasileiro que irá exercer a omissão e o silêncio, possibilitando a escalada da injustiça e do autoritarismo. O funcionário Doático Alcides Santos, ocupava o cargo de Auxiliar de Almoxarife, no Depósito Central da Secretaria da Saúde. Foi eleito, em outubro de 1983, Secretário Geral da Comissão Pró-Organização da Federação dos Funcionários Públicos, em Congresso promovido pelo Governo, através da Secretaria de Assuntos Comunitários, aberto e encerrado pelo Governador José Richa.

Desse Congresso participaram cerca de mil Delegados e cem Associações de Funcionários Públicos.

O funcionário Doático foi eleito Presidente do Conselho Geral das Associações de Servidores da CESP, em Congresso do qual participaram trezentos Delegados.

O funcionário Doático se dedicava a sua função, que era de organizar a Federação dos Servidores Públicos. O funcionário Doático conseguiu derrotar alguns grupos de opinião, que procuravam alianças para formar a Federação, e um grupo de opinião dentro da Secretaria da Saúde. E o preço desta sua credibilidade no processo democrático, foi a sua demissão.

Eu acredito que esta é uma questão para o PMDB. E, desde já, declaro que nesta "plenária" pretendo discutir com os companheiros do PMDB esta questão e não pretendo dar aparte à juventude Malufista,

que tem-se omitido da dimensão de todos os atos autoritários que aconteceram nos últimos vinte anos.

Mas, quero discutir com minha bancada o porquê da demissão desse líder classista, porque a bancada ainda não se manifestou e o partido não se reuniu.

Eu quero discutir o porquê do silêncio, e mesmo que os Deputados da minha bancada não se disponham a apartear-me, eu pretendo transformar essa minha intervenção em um trabalho coletivo de dinâmica de grupo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Eu admito que, regimentalmente, o Orador se dê ao luxo de negar o aparte, por covardia, por omissão ou por qualquer razão que ele mesmo pode explicar, não entro no mérito. Mas, regimentalmente, solicito a Vossa Excelência que os termos ofensivos também sejam cautelosamente vigiados sob pena de eu dizer a ele, a exemplo da frase de "Juventude malufista", que "juventude malufista" é a "vovozinha" do Orador que está na tribuna.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa, ao responder a palavra de ordem levantada por Vossa Excelência, não vê nas expressões usadas pelo orador, até o momento, qualquer reparo que venha de encontro aos dispositivos regimentais e tem sido determinado por esta Presidência, com frequência, que todas as expressões anti-regimentais e ofensivas sejam "EXPUNGIDAS DAS NOTAS TAQUIGRAFICAS" das sessões deste Poder.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento).

Senhor Presidente, Vossa Excelência sabe melhor do que ninguém o respeito e admiração que tenho por Vossa Excelência, todavia, Vossa Excelência fez uma afirmativa, agora, com a qual não concordo, nem a minha Bancada. É que Vossa Excelência não viu nas expressões desse moço que está na tribuna, agressões gratuitas a nossa bancada. Se Vossa Excelência tivesse prestando atenção no seu pronunciamento desde o início, Vossa Excelência haveria de ver que aqui não têm amigos dos amigos da Freguesia do O.

(A Mesa faz soar os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra, o Senhor Deputado Roberto Requião que se encontra na tribuna.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Senhor Presidente, inicialmente requero que os três minutos das questões levantadas sejam deduzidas do meu tempo.

O Sr. Fiori Luiz — Concede-me um aparte, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa já tomou providências.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Concedo o primeiro aparte ao Deputado Fiori Luiz, para que se manifeste sobre o episódio da demissão do Sr. Doático Santos.

O Sr. Fiori Luiz — Nós concordamos, nobre Deputado Roberto Requião, inteiramente com as suas

colocações e reafirmo o que disse o Líder Nilso Sguarezi: o PDS é o único que não pode falar nesta Casa sobre problema de autoritarismo porque esses homens, ou uma parte desses homens, sempre defenderam o "regime das baionetas" desses últimos vinte anos no País, porque esse achatamento salarial, essa política sócio-econômica é culpa única e exclusivamente da ex-ARENA, e hoje PDS, e que tem representantes nesta Casa. Autoritarismo é com o General Ney Braga, com a polícia, cassete e cachorros, cães amestrados; eles estão aqui...

O Sr. Erondy Silvério — Companheiro de vocês...

O SR. FIORI LUIZ — Meu companheiro, não. Minha posição sempre foi muito clara. Estão aqui os grevistas desse movimento da Saúde democraticamente na Casa que é deles para ver como mudou a coisa no Paraná: não tem cordão de isolamento, não há batalhão de choque do Coronel Ney Braga, não há cães amestrados; eles estão na Casa deles, a Assembléia, porque o Paraná mudou, e este assunto tem que ser tratado com autoridade pelo PMDB...

(Tumulto no plenário)

(A Mesa faz soar os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa está com a palavra e volta a insistir junto aos Senhores Deputados para o estrito cumprimento do Regimento Interno, sem que não teremos condições para dar continuidade a sessão. Com a palavra, o Senhor Deputado que se encontra na tribuna.

O Sr. Jorge Maia Filho — Concede-me um aparte, nobre Deputado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Senhor Presidente, eu concedo um aparte por dois minutos ao Sr. Deputado Tadeu França.

O Sr. Tadeu França — Não consegui divisar nas suas palavras nenhuma razão que fosse justificar os impróprios do Deputado Quielse Crisóstomo. É por essa razão que, neste instante, quero parabenizá-lo pela coerência, pela lisura, mesmo porque não descobrimos razões que justificassem insultos totalmente anti-éticos e anti-parlamentares.

Com relação à questão em si, Deputado Roberto Requião, vimos como muito inteligente a manifestação que, reconhecendo que um cargo de confiança poderia até ser dispensado em termos de manutenção, com relação ao jovem líder classista, Doático dos Santos, luta por uma readmissão.

Na realidade nós, do PMDB, respondemos e temos como bandeira, admitir a legítima manutenção de funcionários públicos filiados a quaisquer agremiações político-partidárias.

É por esta razão que ao mesmo tempo que manifesto irrestrito apoio às palavras proferidas por Vossa Excelência, lamento a falta de respeito com um colega do PDS dirigiu-se injustamente contra Vossa Excelência.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Muito obrigado, Deputado Tadeu França.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Concedo a palavra por mais dois minutos ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência me permite um aparte?

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Solicito em seguida.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência me permite um aparte? Ou é só do PMDB? Vou ter que fazer como Ney Braga, vou ter que mudar de partido para poder falar com vocês. Ou vou ter que dar uma de Aureliano Chaves aqui, para falar com vocês? É só o PMDB que pode apartear aqui?

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos).

O Sr. Quielse Crisóstomo — ... ou estão com medo de de ouvir a verdade, aqui e agora.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Concedi o aparte ao Deputado Márcio Almeida.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência me concede um aparte?

O Sr. Márcio Almeida — Nobre Deputado Roberto Requião, agradeço...

O Sr. Quielse Crisóstomo — É esta a democracia que Vossas Excelências pregam? Onde está a democracia peemedebista? Só podem falar seus parceiros?

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — (Faz soar os tímpanos). A Mesa solicita do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo o cumprimento do Regimento Interno. A concessão de aparte depende do orador que se encontra na tribuna.

O Sr. Márcio Almeida — Sr. Deputado Roberto Requião, agradeço o aparte não solicitando, mas tenho certeza que posso contribuir...

O Sr. Quielse Crisóstomo — ...deve ceder a vez...

O Sr. Márcio Almeida — ...com a sua disposição de travar uma discussão franca...

O Sr. Quielse Crisóstomo — (Aparte inaudível).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) (Faz soar os tímpanos) A Mesa declara encerrada a presente sessão por falta de colaboração dos Srs. Deputados na manutenção da ordem.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 04, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 68/84, 69/84, 70/84, 71/84, 72/84, 73/84, 74/84.

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 01/83.n

3ª DISCUSSÃO dos Projetos de Lei n.ºs 108/83, 79/84, 121/84, 122/84, 124/84, 127/84, 129/84, 130/84

133/84, 134/84, 142/84, 176/84, 199/84.

e do Projeto de Lei Complementar n.º 159/84

e dos Projetos de Resolução n.ºs 09/83, 50/83.

e do Projeto de Lei Complementar n.º 85/84.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo
após, com a seguinte

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 34/84.

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 50/83,
88/83, 188/83, 191/83, 196/83, 221/83, 232/83, 73/84,
76/84, 221/84.

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Lei n.ºs 64/83,
93/83, 124/83, 145/83, 150/83, 169/83, 195/83, 224/83,
237/83, 23/84, 30/84, 93/84, e 125/84.

Levanta-se a Sessão.